

BASES DE DADOS EM SAÚDE SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL: POTENCIALIDADES, LIMITES E CAMINHOS PARA SUA MELHOR UTILIZAÇÃO

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia

Nº 67

Daniel Cerqueira
Danilo Santa Cruz Coelho

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Novembro de 2025

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

ARISTIDES MONTEIRO NETO

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

PEDRO CARVALHO DE MIRANDA

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

LETÍCIA BARTHOLO DE OLIVEIRA E SILVA

Diretora de Estudos Internacionais

KEITI DA ROCHA GOMES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social

GISELE AMARAL DE SOUZA

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <https://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2025

EQUIPE TÉCNICA

Daniel Cerqueira

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail:* daniel.cerqueira@ipea.gov.br.

Danilo Santa Cruz Coelho

Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail:* danilo.coelho@ipea.gov.br.

Como citar:

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Bases de dados em saúde sobre violência sexual:** potencialidades, limites e caminhos para sua melhor utilização. Brasília: Ipea, nov. 2025. (Diest: Nota Técnica, 67). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/nt-diest67>.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Sumário

SINOPSE.....	4
ABSTRACT.....	4
1 INTRODUÇÃO	4
2 ALTERAÇÕES NA FICHA DE NOTIFICAÇÃO DO SINAN.....	6
3 PROPOSTA DE GUIA METODOLÓGICO	7
4 COMENTÁRIOS FINAIS	8
REFERÊNCIAS	9

SINOPSE

Esta nota técnica examina as bases de dados em saúde sobre violência sexual, com foco na ficha de notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), no Viva Inquérito e na ficha de atendimento multiprofissional às pessoas em situação de violência sexual. Analisa avanços e limitações desses instrumentos, destacando as modificações introduzidas na ficha do Sinan em 2015, que ampliaram variáveis relacionadas a populações vulneráveis e fatores estruturais da violência, mas reduziram o registro de informações clínicas relevantes para análises epidemiológicas. Também ressalta o potencial do Viva Inquérito e da ficha multiprofissional, ao mesmo tempo em que aponta barreiras de acesso a esses dados. Por fim, recomenda e apresenta diretrizes para a elaboração de um guia metodológico que sistematize o uso dessas fontes, reforçando sua integração como estratégia fundamental para pesquisas e políticas públicas de enfrentamento da violência sexual.

Palavras-chave: violência sexual; estupro; Sinan; Viva Inquérito; ficha de atendimento multiprofissional; bases de dados em saúde.

ABSTRACT

This technical note examines health databases on sexual violence, focusing on the Sinan Notification Form, the Viva Inquérito survey, and the Multiprofessional Care Form for People in Situations of Sexual Violence. It analyzes the advances and limitations of these instruments, highlighting the modifications introduced to the Sinan form in 2015, which expanded variables related to vulnerable populations and structural factors of violence but reduced the recording of clinically relevant information for epidemiological analyses. It also underscores the potential of the Viva Inquérito and the Multiprofessional Form, while pointing out barriers to accessing these data. Finally, it recommends and provides guidelines for the development of a methodological guide to systematize the use of these sources, reinforcing their integration as a fundamental strategy for research and public policies to address sexual violence.

Keywords: sexual violence; rape; Sinan; Viva Inquérito; multiprofessional care form; health databases.

1 INTRODUÇÃO

Desde a publicação da Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011 (Brasil, 2011a), do Ministério da Saúde, tornou-se obrigatória a notificação de casos de violência doméstica, sexual e de outras formas de violência por todos os serviços de saúde, públicos e privados, em todo o território nacional. Posteriormente, a Portaria MS/GM nº 1.271, de 6 de junho de 2014 (Brasil, 2014), atualizou a lista de agravos de notificação compulsória, estabelecendo que os episódios de violência sexual e tentativa de suicídio devem ser comunicados de forma imediata às secretarias municipais de saúde.

Como consequência, o Ministério da Saúde reformulou a ficha de notificação, implantando a versão 5.1 a partir de 2014/2015 (Brasil, 2015b). Essa versão substituiu a anterior, vigente desde 2011 (Brasil, 2011b), e incorporou mudanças significativas na estrutura e no conteúdo das variáveis coletadas, com o objetivo de alinhar o instrumento às demandas da vigilância em saúde, às políticas de equidade e às tipificações jurídicas.¹

Nos últimos anos, diversos estudos têm buscado avaliar tanto o potencial quanto as limitações da ficha de notificação/investigação sobre agravos de violência interpessoal/autoprovocada do Sinan como fonte de informação sobre violência sexual. Destaca-se o trabalho de Ferreira *et al.* (2023), publicado como Texto para Discussão nº 2880 do Ipea, que estimou a prevalência de estupro no país a partir da

1. Essas informações foram retiradas da seção *Violência interpessoal/autoprovocada* do portal do Sinan, disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/violencia-interpessoal-autoprovocada>.

análise combinada de registros policiais, dados das notificações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e informações da Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNS/IBGE). Com base em hipóteses conservadoras, o estudo apontou para a ocorrência de aproximadamente 822 mil estupros anuais no Brasil, dos quais apenas 8,5% chegam ao conhecimento das autoridades policiais e 4,2% são registrados pelo sistema de saúde.

Esse diagnóstico corrobora achados anteriores de Cerqueira, Coelho e Ferreira (2017), ao evidenciar que, embora o Sinan tenha cobertura nacional, enfrenta limitações relacionadas à ausência de registros em determinados municípios, além de problemas de subnotificação e viés de seleção, uma vez que grande parte das vítimas não procura atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS).

Além da ficha de notificação do Sinan, merece destaque o Viva Inquérito, pesquisa também conduzida pelo Ministério da Saúde. Trata-se de uma pesquisa transversal por amostragem realizada em serviços sentinela de urgência e emergência. A pesquisa busca caracterizar o perfil das vítimas de violências (interpessoais ou autoprovocadas) e de acidentes (como os de trânsito, quedas e queimaduras), identificar fatores de risco e proteção associados, e propor medidas específicas de vigilância, prevenção e promoção da saúde. Para tanto, são coletados dados de todos os atendimentos por violências e acidentes em turnos de doze horas, diurnos e noturnos, distribuídos aleatoriamente ao longo de trinta dias. Atualmente, o inquérito encontra-se em sua sexta edição, já tendo sido realizado nos anos de 2006, 2007, 2009, 2011, 2014 e 2017.

Um exemplo de seu potencial é o estudo de Vasconcelos *et al.* (2022), que analisou os dados do Viva Inquérito 2017 para caracterizar o perfil das vítimas e dos agressores em casos de violência física contra mulheres adultas perpetrada por parceiro íntimo atendidas nos serviços públicos de saúde.

Outro instrumento de relevância é a ficha de atendimento multiprofissional às pessoas em situação de violência sexual, de caráter mais abrangente que a ficha de notificação do Sinan. Nela, são registrados data e hora do atendimento, histórico clínico e exame físico detalhado (incluindo o ginecológico), descrição minuciosa das lesões, relato da vítima, orientações fornecidas e a identificação de todos os profissionais envolvidos.²

O estudo de Kluk *et al.* (2022) evidencia a relevância dos relatos das vítimas registrados nas fichas de atendimento multiprofissional. A pesquisa analisou 342 notificações de mulheres atendidas entre 2010 e 2019 em um hospital do Paraná, com o objetivo de compreender a dinâmica da violência sexual facilitada por drogas. A partir dessa análise, identificaram-se dois principais modos de atuação dos agressores: em 66,06% dos casos, estes se aproveitaram do consumo voluntário de álcool ou drogas pelas vítimas, enquanto em 33,93% houve indução ou coerção ao consumo dessas substâncias.

Apesar de sua importância, tanto o Viva Inquérito quanto a ficha de atendimento multiprofissional às pessoas em situação de violência sexual ainda não estão plenamente disponíveis para consulta acadêmica. No caso do Viva Inquérito, no *site* do Sinan,³ consta a informação de que os seus microdados estarão acessíveis em breve. Contudo, ao tentar realizar o *download* dos questionários e dicionários, o sistema apresenta erro e o processo não é concluído, limitando a utilização dessas fontes em pesquisas científicas.

Na seção 2, descrevemos e discutimos as alterações ocorridas na ficha de notificação do Sinan ao longo do tempo. Na seção 3, apresentamos a proposta de um guia metodológico voltado a orientar os pesquisadores na utilização dos microdados da ficha de notificação do Sinan, da ficha de atendimento multiprofissional às pessoas em situação de violência sexual e do Viva Inquérito. Por fim, na seção 4, desenvolvemos os comentários finais.

2. Essa ficha consta na norma técnica de atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual, publicada pelo Ministério da Saúde em 2015 (Brasil, 2015a, p. 35-38).

3. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/violencia-interpessoal-autoprovocada>.

2 ALTERAÇÕES NA FICHA DE NOTIFICAÇÃO DO SINAN

Esta seção examina as principais modificações na ficha de notificação do Sinan, destacando a transição da versão anterior, utilizada a partir de 2011, para a versão 5.1, implantada em 2015.

O quadro 1 apresenta uma síntese comparativa das mudanças observadas, com especial atenção aos campos relacionados à violência sexual, evidenciando avanços, supressões e redefinições que impactam tanto a vigilância em saúde quanto a produção de estudos científicos.

As modificações na ficha de notificação do Sinan, implementadas a partir de 2015, configuram-se como um processo ambivalente, com avanços e perdas. Por um lado, houve progressos importantes na coleta de informações sobre populações vulneráveis, como pessoas LGBT e pessoas com deficiência, além da incorporação de variáveis voltadas para as causas estruturais da violência, incluindo racismo, sexismo e homofobia. Essas mudanças ampliaram a capacidade do sistema em apoiar a vigilância em saúde e em subsidiar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Por outro lado, a exclusão dos campos sobre a ocorrência e tipo de penetração, e as consequências do estupro, reduziu a capacidade do instrumento de sustentar análises clínicas e epidemiológicas mais aprofundadas. A ausência dessas informações compromete, por exemplo, estudos sobre a decisão da vítima em recorrer ao aborto legal diante de uma gravidez resultante da violência.

Um exemplo ilustrativo é o estudo de Cerqueira e Coelho (2014), que utilizou os microdados da ficha de notificação do Sinan de 2011 para estimar, por meio de modelos *logit*, a probabilidade de mulheres vítimas de estupro com gravidez decorrente optarem pela interrupção legal da gestação. Os resultados mostraram que adolescentes tinham 66% menos chance de interromper a gravidez em comparação às mulheres adultas, enquanto a diferença entre crianças e adultas não foi estatisticamente significativa. O vínculo com o agressor também se revelou determinante: a probabilidade de aborto diminuía quando o autor era cônjuge ou namorado, assim como nos casos de revitimização (58,5% menor em relação ao primeiro episódio). Em contrapartida, aumentava quando o agressor era um desconhecido ou um parente da vítima.

QUADRO 1

Comparação dos campos relativos à violência sexual nas fichas de notificação do Sinan (2011-2014 e 2015-presente)

Aspectos	Ficha 2011-2014	Ficha 2015-presente
Identidade de gênero e orientação sexual	Campo único: relações sexuais 1 – Só com homens 2 – Só com mulheres 3 – Com homens e mulheres 4 – Não se aplica 9 – Ignorado	Campos específicos para orientação sexual e identidade de gênero
Nome social	Não há	Nome social
Motivação da violência	Não há	Permite registrar racismo, sexismo, homofobia, intolerância religiosa etc.
Deficiência	Campo único: deficiência (sim/não)	Detalha deficiência física, intelectual, auditiva, visual ou transtorno mental.
Se ocorreu penetração e qual o tipo	1 – Sim 2 – Não 3 – Não se aplica 9 – Ignorado Tipo: oral, vaginal ou anal	Não há
Consequências imediatas	Registra aborto, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis (DST) e tentativa de suicídio.	Não há
Evolução do caso	Inclui alta, encaminhamento e óbito.	Não há
Classificação final	Classificação: suspeito, confirmado ou descartado	Não há

Fonte: Fichas de notificação do Sinan implantadas em 2011 e 2015.
Elaboração dos autores.

3 PROPOSTA DE GUIA METODOLÓGICO

Inspirado no guia para Sistema de Informação Hospitalar (SIH/SUS) produzido por Cerqueira *et al.* (2019), propõe-se a elaboração de um guia metodológico para pesquisas com os microdados da ficha de notificação do Sinan, da ficha de atendimento multiprofissional às pessoas em situação de violência sexual e do Viva Inquérito com os seguintes eixos:

Introdução

- Histórico do ficha de notificação do Sinan, da ficha de atendimento multiprofissional às pessoas em situação de violência sexual e do Viva Inquérito.
- Marco normativo e regulamentações que orientam cada instrumento.
- Importância dos sistemas para a vigilância das violências e acidentes no SUS.

Revisão da literatura científica

- Principais estudos que utilizaram essas bases.
- Avanços e lacunas identificadas na produção de conhecimento.
- Comparação entre potencialidades analíticas de cada base.

Disponibilidade e acesso aos dados

- Formas de acesso aos microdados da ficha de notificação do Sinan.
- Acesso aos microdados do Viva Inquérito (condições, periodicidade e limitações).
- Possibilidades de acesso à ficha multiprofissional e restrições de uso por conter dados sensíveis.
- Discussão sobre ética, confidencialidade e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Estrutura das variáveis

- Variáveis disponíveis em cada sistema: clínicas, sociodemográficas, contextuais e não estruturadas.
- Comparação de variáveis entre os instrumentos, destacando convergências e especificidades.
- Campos excluídos ou modificados ao longo do tempo e seus impactos para a pesquisa.
- Ênfase no campo não estruturado da ficha de atendimento multiprofissional às pessoas em situação de violência sexual (relato da dinâmica da violência sexual) e no potencial de análise por meio de anonimização com inteligência artificial (IA).

Aspectos técnicos e metodológicos

- Estratégias de tratamento, limpeza e organização dos microdados.
- Considerações sobre representatividade, cobertura e limitações amostrais (especialmente no Viva Inquérito).

Exemplos de indicadores

- Indicadores possíveis a partir da ficha de notificação do Sinan (cobertura, incidência, vínculo vítima-agressor, revitimização, estimativas corrigidas).
- Indicadores derivados do Viva Inquérito (perfil das vítimas, fatores de risco, contextos situacionais).
- Indicadores oriundos da ficha de atendimento multiprofissional às pessoas em situação de violência sexual (resposta multiprofissional, características clínicas, descrição da dinâmica da violência).
- Indicadores integrados entre os sistemas (morbimortalidade, gravidade dos casos, trajetórias assistenciais).

Considerações finais

- Potencialidades e limites de cada instrumento para pesquisas científicas.
- Importância da utilização articulada das três fontes de dados.
- Recomendações para pesquisadores e gestores.
- Sugestão de agendas futuras de pesquisa e de aprimoramento dos sistemas.

4 COMENTÁRIOS FINAIS

As alterações introduzidas na ficha de notificação do Sinan a partir de 2014 marcaram um ponto importante na evolução dos sistemas de informação em saúde voltados à vigilância das violências. Houve avanços significativos no registro de informações sobre populações historicamente vulnerabilizadas e sobre fatores estruturais de discriminação, ampliando a capacidade do sistema de subsidiar políticas públicas de prevenção e proteção. Por outro lado, a exclusão de variáveis clínicas relevantes – como o registro da ocorrência e do tipo de penetração, bem como das consequências do estupro (gravidez, aborto, DST e tentativa de suicídio) – reduziu o potencial do Sinan para análises epidemiológicas mais detalhadas e limitou a possibilidade de replicação de estudos anteriores.

Ainda assim, é necessário reconhecer que podem ter existido justificativas técnicas para tais modificações. Em alguns casos – por exemplo, quando o autor do estupro é um desconhecido da vítima e a data da ocorrência está muito próxima da data do registro – as consequências imediatas da violência sexual só se tornam visíveis posteriormente, o que poderia explicar a opção por não incluí-las na ficha de notificação. Nesse sentido, mais do que defender o retorno desses campos, é fundamental enfatizar a relevância de estudos e instrumentos complementares capazes de captar tais informações de forma adequada e oportuna.

O acesso dos pesquisadores ao Viva Inquérito e à ficha de atendimento multiprofissional às pessoas em situação de violência sexual também se mostra fundamental para suprir lacunas existentes na ficha de notificação do Sinan e ampliar a compreensão sobre o fenômeno da violência. O Viva Inquérito, realizado periodicamente em serviços sentinela de urgência e emergência, possibilita captar informações que dificilmente seriam registradas de forma sistemática em outros sistemas, fornecendo evidências sobre a magnitude dos atendimentos, perfis das vítimas, fatores de risco e contextos situacionais.

No caso da ficha de atendimento multiprofissional, destaca-se a relevância do campo não estruturado que contém o relato da dinâmica da violência sexual. Esse espaço, que traz a narrativa detalhada do atendimento e da experiência da vítima, é de grande valor tanto para a compreensão clínica quanto para a análise de fatores contextuais e situacionais. Embora contenha informações altamente sensíveis, sua

utilização em pesquisas e políticas públicas poderia ser viabilizada por meio de técnicas avançadas de anonimização com uso de inteligência artificial, que permitem preservar a privacidade dos dados e atender às exigências da LGPD sem perder a riqueza analítica desse material. Dessa forma, reforça-se a importância de preservar e valorizar esse campo como uma fonte insubstituível de evidências sobre a violência sexual.

O uso articulado dessas fontes – ficha de notificação do Sinan, Viva Inquérito e ficha de atendimento multiprofissional – potencializa a produção de indicadores, reduz lacunas de informação e fortalece a integração entre vigilância epidemiológica, assistência em saúde e sistema de justiça. Trata-se, portanto, de um eixo estratégico para pesquisas científicas e para o aprimoramento de políticas públicas baseadas em evidências. Nesse mesmo sentido, a integração do Sinan com as bases do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação Hospitalar (SIH) poderia ampliar a consistência dos dados, permitir análises longitudinais desde a notificação inicial até os desfechos mais graves e apoiar ações mais eficazes de prevenção e monitoramento das consequências de médio e longo prazo dos eventos violentos.

Nesse contexto, a proposta de elaboração de um guia metodológico específico para pesquisas com base na ficha de notificação do Sinan, ficha de atendimento multiprofissional e Viva Inquérito busca responder a desafios comuns e complementares. A sistematização sugerida permitirá maior clareza na utilização dos microdados, favorecerá a comparabilidade dos resultados e ampliará a integração entre diferentes fontes de informação, contribuindo para a consolidação de uma agenda de pesquisa sobre violência mais consistente, rigorosa e orientada por evidências. Ao integrar avanços e reconhecer limitações, esse esforço reforça a centralidade desses instrumentos como bases estratégicas para a saúde pública e para a formulação de políticas de enfrentamento e prevenção da violência no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jan. 2011a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ficha de notificação/investigação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências** – versão 2011. Brasília, 2011b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 1.271, de 6 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios**. Brasília, 2015a. (Norma técnica). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_pessoas_violencia_sexual_norma_tecnica.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ficha de notificação/investigação de agravos de violência interpessoal/autoprovocada** – versão 2015. Brasília, 2015b. Disponível em: https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Agravos/via/violencia_v5.pdf.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Brasília: Ipea, mar. 2014. (Nota Técnica, n. 11). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C.; FERREIRA, H. Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 1, p. 24-48, 2017. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/779>.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Uma análise da base de dados do Sistema de Informação Hospitalar entre 2001 e 2018**: dicionário dinâmico, disponibilidade dos dados e aspectos metodológicos para a produção de indicadores sobre violência. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 160 p. ISBN: 978-85-7811-357-5. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9058-sistemahospitalar.pdf>.

FERREIRA, H. *et al.* **Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados**. Rio de Janeiro: Ipea, maio 2023. (Texto para Discussão, n. 2880). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/ec99b26f-c043-487a-9263-5ccf86f8dc0a>.

KLUK, E. *et al.* Mulheres em situação de violência sexual sob efeito de drogas facilitadoras de abuso sexual. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, e0911830538, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30538>.

VASCONCELOS, N. M. de. *et al.* Violência física contra mulheres perpetrada por parceiro íntimo: análise do Viva Inquérito 2017. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3881-3894, out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.08162022>.

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elías de Souza

Supervisão

Alice Souza Lopes

Revisão

Amanda Ramos Marques Honorio

Cláudio Passos de Oliveira

Denise Pimenta de Oliveira

Emilly Dias de Matos

Gisela Carneiro de Magalhães Ferreira

Nayane Santos Rodrigues

Reginaldo da Silva Domingos

Susana Sousa Brito

Yally Schayany Tavares Teixeira

Editoração

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Capa

Leonardo Hideki Higa

Projeto Gráfico

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Acesse nossas publicações



Acompanhe nossas redes sociais



Roboto condensed regular 8/10,8 (texto)
Roboto condensed bold (títulos, gráficos e tabelas)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.